

Parecer nº 200/99

Data: 1999.11.24

Processo nº 584

Requerente: José António da Costa Moreira da Rocha

Requerido: Câmara Municipal de Castelo de Paiva

1 - Os factos relevantes

1.1. José António da Costa Moreira da Rocha, solicitou, em 22 de Março de 1999, à Câmara Municipal de Castelo de Paiva informação sobre a quantidade e respectiva distribuição por freguesias dos licenciamentos efectuados por aquela entidade ao abrigo do artigo 7º da Decreto-Lei nº 268/98, de 28 de Agosto (que estabelece o regime do licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata).

Afirma basear o seu pedido no artigo 53º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e na Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março.

1.2. Não tendo obtido resposta, reclamou, em 12 de Abril de 1999 (antes, portanto, da entrada em vigor da Lei nº 94/99, de 16 de Julho, que alterou a LADA) perante a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

1.3. Através do ofício nº 229, desta Comissão, datado de 20 de Abril de 1999 e que capeava cópia da Informação nº 17/99, ficou o interessado ciente do modo como deveria proceder-se ao cômputo do(s) prazo(s) relevante(s) para o efeito.

Assim, tendo o aludido requerimento dado entrada na Câmara Municipal de Castelo de Paiva em 22 de Março p.p., o indeferimento tácito só poderia ser

presumido 35 dias úteis depois, ou seja, a partir de 12 de Maio de 1999, decorrendo até 25 desse mês o prazo de 10 dias (úteis) para que apresentasse a sua reclamação.

1.4. Por “mail” de 13 de Maio de 1999 – e mantendo-se a situação no mesmo ponto –, José António Rocha comunicou à CADA a sua intenção de retomar o processo, solicitando a (re)apreciação do mesmo.

2. O direito

2.1. A apreciação jurídica da factualidade descrita far-se-á por referência ao texto da LADA.

2.2. De acordo com o nº 1 do artigo 15º da LADA, recebido o requerimento de acesso, a Câmara Municipal de Castelo de Paiva deveria, no prazo de 10 dias, ter adoptado uma das condutas a que se referem as diversas alíneas desse preceito.

2.3. A informação a que o interessado pretende aceder não integra, o teor de documentos nominativos, i. e., de documentos contendo dados pessoais [(cfr. artigo 4º, nº 1, alíneas b) e c) da LADA]. Trata-se da informação inserta em meros documentos administrativos [(alínea a) do nº 1 do mesmo preceito] e, por isso, de acesso generalizado e livre (cfr. LADA, artigo 7º, nºs 1 e 3).

2.4. Não sucederá assim se dos documentos sobre os quais José António Rocha quer ser informado constarem de processos não concluídos ou se forem documentos preparatórios de uma decisão, caso em que esse acesso será diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano sobre a sua elaboração – é o que determina o nº 5 do citado artigo 7º da LADA.

3. Conclusão

Em razão de quanto antecede, é parecer da CADA o seguinte:

- a) A Câmara Municipal de Castelo de Paiva deverá satisfazer o pedido que lhe foi feito por José António da Costa Moreira da Rocha, informando-o do número de licenciamentos concedidos ao abrigo do artigo 7º do Decreto Lei nº 268/98, de 28 de Agosto, e da respectiva distribuição por freguesias;
- b) O acesso por parte do interessado à informação requerida só não será imediata se os documentos que contiverem essa informação integrarem processos não concluídos ou se forem documentos preparatórios de uma decisão, devendo, nesses casos, o acesso ser diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano sobre a sua elaboração.

Aprovado na sessão da CADA de 24 de Novembro de 1999.

Narana Coissoró (Relator) – João Figueiredo – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)